



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1361/06	DATA: 13/12/2006
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 14h46min	DURAÇÃO: 15h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h07min	PÁGINAS: 27	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
OSMÂNIO PEREIRA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento do Deputado Osmânio Pereira, Representado no Processo nº 20, de 2006.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, encontra-se sobre a mesa cópia da ata da 43ª reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Edinho Bez.

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à solicitação de dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Correspondência recebida.

Justificaram ausência as testemunhas de defesa do Deputado Nilton Capixaba: o Prefeito de Seringueiras, Rondônia, o Sr. Carlos Elias Rodrigues, em razão de compromissos já firmados para esta semana; a Prefeita de Primavera de Rondônia, Sra. Eloísa Helena Bertoletti, em face de compromissos assumidos no Município; a Prefeita de Rolim de Moura, Milene Cristina Benetti, por compromissos já agendados; ela solicita adiamento para os dias 19 e 22.

Não há possibilidade de adiamento. Vamos dispensar essas testemunhas.

Comunico aos Srs. Deputados que, em razão do encerramento da Sessão Legislativa no próximo dia 22 de dezembro, não agendaremos oitivas nos dias 20 e 21 de dezembro. Essas datas serão reservadas para a discussão e votação dos pareceres dos Relatores que concluírem as instruções probatórias nesta semana.

Temos diversos requerimentos do Deputado João Campos (Processo nº 83/06 – Representado Deputado Vanderlei Assis):

Requerimento nº 318/06 — requer a convocação do Sr. Darci Vedoin na qualidade de testemunha.

Não há mais possibilidade de convocar testemunhas para a semana que vem.



Requerimento nº 319/06 — requer a oitiva do Representado, Deputado Vanderlei Assis.

Então, o Deputado Vanderlei Assis deverá ser ouvido na semana que vem.

Requerimento nº 320/06 — requer informações da Receita Federal sobre as receitas declaradas pelo Representado no período referente aos anos 2002 a 2005.

Requerimento nº 321/06 — requer a convocação das testemunhas arroladas pela defesa: Sr. Evandro Viana Gomes, Sra. Ana Alberga Christiane Almeida Pirajá, Sr. João Paulo Cunha, Sr. Ademir Gonçalves Barros e Sr. Elias Cordeiro.

Requerimento nº 322/06 — requer diligência de informações à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados sobre as exposições promovidas pelo Representado, Deputado Vanderlei Assis, indicando as datas das exposições e os valores declarados das peças expostas, bem como o valor das peças doadas a esta Casa.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado Osmânio Pereira, Representado no Processo nº 20, de 2006.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados por esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o Deputado Osmânio Pereira usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao Relator, Deputado José Carlos Araújo, para as suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente, de acordo com a lista de inscrição.

Com a palavra o nobre Deputado Osmânio Pereira, que terá o tempo necessário para sua exposição aos membros do Conselho.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de dizer que vou chamar a atenção para alguns pontos que considero importante reafirmar, aquilo que foi objeto de duas defesas que eu já constituí, bem fundamentadas, todas com documentação completa, tanto a defesa entregue à CPMI, que sequer foi examinada, e a documentação juntada, como também a defesa que eu apresentei junto ao Conselho de Ética. O primeiro ponto polêmico deste assunto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, é que o Grupo Vedoin me acusa de ter celebrado um acordo com eles. Tanto na defesa como aqui, pessoalmente, eu gostaria de reafirmar que é



absolutamente falsa a afirmação de que teria existido um acordo entre a minha pessoa e a família Vedoin para se obter qualquer vantagem na troca de emendas ao Orçamento da União. E chamaria a atenção para um depoimento que teve pouca repercussão, mas esse depoimento foi prestado pelo Sr. Luiz Antônio Vedoin no Senado Federal. Foi um dos últimos depoimentos dele. Eu juntei esse documento também na minha defesa. Esse depoimento se deu na Biblioteca do Senado, já para encerrar aquela primeira fase. O Sr. Luiz Antônio Vedoin, perguntado sobre essa questão, se negociou ou não negociou, se teve acordo, se não teve acordo, ele disse: *“Mas eu não fiz nada; não tem prova; quero deixar claro que não fiz nada; não foi feito a título de fazer emenda; não foi feita emenda.”* São palavras textuais do depoente no Senado Federal. Isso está na pág. 17 da minha defesa e também no Documento nº 3 da CPMI. Mais adiante, no mesmo interrogatório, na mesma data, o Sr. Luiz Antônio Vedoin disse: *“No meu depoimento eu falo que foi acordado em 10% o valor.”* Não foi acordado 10%, foi acordado que depois ajudaria. E nesse período ele pediu para fazer uma ajuda a uma fundação.” Ele diz aqui: *“O Deputado vai negar, com certeza, mas o meu intuito — volto — naquele caso...”* Ele não disse qual era o intuito. Nós sabemos que o intuito dele seria emenda. Mas ele disse textualmente, nesse depoimento, que não houve acordo, não foi acordado 10%. Em outros depoimentos, de outros integrantes da família, também eles repetem, eles não sabem dizer. Um fala que foi 2, um fala que foi 12, um fala que foi 10; um fala que depositou, o outro fala que entregou em mãos. O fato é que eu nego veementemente qualquer tentativa nessa direção. O outro ponto a que eu gostaria de chamar à atenção é com relação às emendas que eu apresentei. E aí eu trago aqui as mais recentes, que foi nesse período de 2005, 2006. Mas estou aberto a olhar todas as minhas emendas ao longo de 16 anos de mandato. Em nenhum momento, em nenhum momento eu fiz qualquer emenda que tenha beneficiado o Grupo PLANAM ou a família Vedoin. E eu trouxe aqui como... São emendas de ambulâncias que eu destinei lá para alguns municípios. Eu sou oriundo do Vale do Jequitinhonha, trabalho numa região muito pobre. Nessa região, o hospital desses pequenos municípios é a ambulância. Adoece um paciente, eles mandam. Todas as Prefeituras aqui relacionadas e que adquiriram ambulâncias entre 2004 e 2006, não têm uma única prefeitura, uma única prefeitura, que tenha adquirido qualquer bem



dessa família Vedoin. Vou dar só um exemplo: Prefeitura de Belo Oriente: comprou a ambulância de uma empresa chamada Dinauto, com sede em Teófilo Otoni; Prefeitura de Ladainha: adquiriu da empresa Betim Veículos, de Betim, próximo a Belo Horizonte; Prefeitura de Pescador: adquiriu da Tecar Veículos, próximo a Belo Horizonte. Todas essas relações eu trouxe, já estão no processo da CPMI a documentação, a licitação, as notas fiscais. E a Prefeitura de São José do Goiabal, que também fez a licitação, Pavep Pará de Minas, também de Minas Gerais. E assim por diante. E gostaria de chamar à atenção aqui para uma emenda que eu coloquei. Peguei um hospital público há 36 anos, que era um hospital que recebia só indigentes em Minas Gerais, o Hospital Mário Penna, Hospital do Câncer. Em 36 anos, um hospital falido e quebrado em que encontrei pessoas apodrecendo, morrendo à míngua, nos anos 70, quando eu deixava o banco da Faculdade de Direito em Belo Horizonte e, também, o Movimento Estudantil, onde passei uma série de dissabores, fui preso 2 vezes como líder estudantil... Assumi como missão mesmo, por aquilo que creio dentro dos meus sentimentos e convicções religiosas. Estou há 36 anos. De um hospital falido, que tinha apenas 30 ou 40 leitos, hoje nós temos uma obra, um conjunto, que é a maior obra de Minas Gerais, em torno de 400 leitos, 3 hospitais, 85 núcleos de combate ao câncer no interior do Estado de Minas Gerais e, agora, mais recentemente, em parceria com a UNICOR de Três Corações, uma universidade que nós estamos... Isso tudo nasceu de um hospital falido. Vamos aprovar, dia 18, na próxima segunda-feira — eu sou o presidente do conselho curador dessa obra — um orçamento para 2007 de 70 milhões de reais. Então, temos uma experiência social muito grande e muitas dessas obras me procuram. Pois bem, essa Fundação Mário Penna, para a qual destinei um recurso que, inicialmente, seria para uma ambulância tipo CTI, mais completa... o nosso diretor-presidente, que é também oriundo do Ministério Público, Dr. Cássio Rosa Resende, adquiriu 2 ambulâncias para essa obra, que é nossa, faz parte dessa fundação, da qual sou diretor-presidente do conselho curador. Sobraram 7 mil e poucos reais. Isso está anexado na defesa da CPMI e devolvemos ao Ministério da Saúde. Quer dizer, aqui é o contrário, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que tenho aqui, o que trago aqui é um testemunho, é um exemplo de como se utilizar os recursos públicos. Compramos 2 com o dinheiro de uma. Compramos da General Motors,



porque compramos direto da fábrica. Sobraram recursos que foram depositados na conta do Ministério da Saúde. Isso tudo consta, faz parte do Documento nº 9 da defesa anexada à CPMI. Vem então a questão que é o ponto central da acusação deles. O ponto central é de uma emenda que eu coloquei para um hospital, também muito pobre em Belo Horizonte, que no ano de 2004 estava completamente falido, quebrado. Eu fui para uma inauguração do CTI, um bloco cirúrgico, como diretor, também, como dirigente da área hospitalar de Minas Gerais e vi que eles estavam reformando, mas não tinham o dinheiro para equipar e aparelhar. Por uma decisão pessoal minha, em comum acordo com a direção do hospital, naquele dia eu anunciei que, dos recursos do ano seguinte, eu colocaria uma emenda para o Hospital São Francisco, de Belo Horizonte. E coloquei. Coloquei por iniciativa política, por ver a dimensão social do Hospital São Francisco, que fica na periferia de Belo Horizonte, e destinei um recurso para aparelhar e equipar esse hospital. Do mesmo jeito, ao longo de 16 anos, eu fiz isso com a maioria das Santas Casas do interior de Minas Gerais. E fiz mais: consegui trazer, com a ajuda da Vale do Rio Doce, navios com camas, com aparelhos, com tomógrafos, com acelerador linear, com vários aparelhos usados no Canadá e nos Estados Unidos, e distribuir entre essas comunidades pobres do interior do Estado de Minas Gerais. Então, essa minha vivência na área hospitalar já vem desses anos todos, 36 anos. E, durante todo o meu mandato, eu sempre destinei mais de 60%, 70% dos recursos para a Saúde. Fui Presidente da Frente Parlamentar da Saúde nesta Casa. Estive também, por um período curto, na Presidência da Comissão de Seguridade Social, sempre trabalhando em favor da Saúde. E foi em função dessa visão, desse enfoque, que levei esses recursos para o Hospital São Francisco. Do mesmo jeito que eu falei e falo com os Prefeitos, falei com o diretor do hospital para que ele tomasse as providências, que procurasse a Delegacia Regional do Ministério da Saúde em Belo Horizonte e procurasse liberar os recursos. Esse diretor, que até traz aqui uma declaração, que eu faço questão de fazer a leitura, esse diretor do Hospital São Francisco tentou, várias vezes, conseguir liberar os recursos e não conseguiu. Ele foi procurado pelo grupo PLANAM quando ele estava coletando e fazendo orçamento dos equipamentos e aparelhos, etc. Esse grupo PLANAM o procurou e se ofereceu para ajudar, porque tinha muito prestígio, tinha boas relações com o



peçoal da República aqui em Brasília, tinha muitos contatos no Congresso Nacional. Eles ficaram tentando resolver o problema por um ano e também não conseguiram liberar os recursos. Além de não liberar os recursos que destinei ao Hospital São Francisco, eles, quando apresentaram e tentaram resolver o problema para o diretor do hospital, eles superfaturaram os preços e fizeram o projeto totalmente irregular. Quem descobriu isso fui eu, conversando com o Ministro da Saúde, mineiro, Ministro Saraiva Felipe. Fui a ele para ver como ele podia liberar as minhas emendas. Ele disse: *“Olha, aqui é o seguinte: o que está correto vai ser liberado, mas este projeto do Hospital São Francisco está totalmente irregular”*. Ouvi isso do Ministro. E como esse pessoal estava, naquele período, tendo uma relação com o diretor-presidente do Hospital São Francisco — está aqui a declaração do próprio presidente — comuniquei à direção do hospital e comuniquei ao pessoal. O único diálogo que tem travado meu com esse pessoal da família PLANAM sou eu dizendo a eles — isso também consta dos diálogos travados — que o trabalho que eles realizaram está superfaturado, está irregular e o Ministério da Saúde não pode pagar. Isso consta também da minha defesa, tanto da que foi entregue à CPMI, como também da que eu trouxe e apresentei. As palavras são estas. E trago aqui, como testemunho, a declaração que foi juntada aos autos, Documento nº 12 da defesa à CPMI, que foi elaborada pelo diretor-presidente do Hospital São Francisco, que diz, em síntese, o seguinte: *“Declaro, pela presente, na qualidade de diretor-presidente do Hospital São Francisco de Assis, que, tendo em vista nossas dificuldades na elaboração do processo de liberação de recursos financeiros previstos na emenda orçamentária de autoria do Deputado Osmânio Pereira, recebemos oferta de colaboração, sem qualquer compromisso, para elaboração e acompanhamento do referido processo junto ao Ministério da Saúde. Declaro ainda que, decorridos mais de 2 anos de aprovação da referida emenda parlamentar, até a presente data não recebemos os referidos recursos”*. Esta é a única emenda, é o único problema que eles trazem, que sequer foi pago até a presente data. Esse processo... A partir do momento em que o diretor do hospital tomou conhecimento das irregularidades, ele abandonou completamente essa que eles chamavam de assessoria da família Vedoin e passou a lidar diretamente com o próprio Ministério. Eu juntei — faz parte da minha defesa, está nos autos da defesa entregue à



Comissão de Ética — um dossiê de mais ou menos umas 80, 90 páginas, encaminhado pelo Ministro da Saúde, que mostra a troca de correspondências e as ações e interferências diretas entre o diretor do hospital e o Ministério da Saúde, seja via Delegacia Regional de Belo Horizonte, seja diretamente com o próprio Ministério. Somente depois de todas essas correções é que o Ministério da Saúde aprovou o pré-projeto, o projeto, mas ainda não liberou o pagamento, porque o hospital não tem CND. Então, a questão do Hospital São Francisco é essa que acabo de dizer. Chamaria atenção também, Sr. Presidente, se eu não estiver sendo prolixo demais, para uma afirmativa. Se ele afirmou isso e se equivocou, por que ele não pode estar se equivocando também nas demais...? O Sr. Luiz Antônio Vedoin, ao depor na Polícia Federal e na Comissão, na CPMI, disse que me conheceu no apartamento do Sr. Cleuber Carneiro, juntamente com outros Deputados mineiros, haja vista — são palavras dele no depoimento — que o mesmo morava junto com os demais Parlamentares de Minas. Juntei documento da Câmara dos Deputados de que jamais residi na companhia de Cleuber Carneiro ou de qualquer outro Deputado de Minas. Sempre morei em apartamento. E os meus contratos, que eu trago, que foram juntados aqui na defesa, provam que também foi um equívoco, senão uma grande mentira, da família Vedoin ter afirmado, e consta dos autos, que eu residi, que foi lá nessa residência. Eu jamais estive com ele, em qualquer residência, com o Deputado de Minas. E provo que sempre residi na 112 Sul nos últimos 5 anos. O documento está no processo. Sr. Presidente, eu gostaria também de trazer à apresentação de V.Exa.: em 16 anos de mandato, eu fiz questão de juntar... em 16 anos de mandato, quando eu tomei posse, nos anos 90, por dever de ofício, aqui, eu juntei a minha declaração de Imposto de Renda dos anos 90, quando eu saí dessa área social e vim para Brasília para trabalhar cheio de sonhos e de uma porção de coisas. Eu tinha um patrimônio que, junto com minha família, herança do meu pai, que faleceu aos 96 anos... eu cheguei nesta Casa com o patrimônio de 800 mil reais. Está protocolado aqui, desde o início do ano, na Casa, no TRE de Minas Gerais e na Receita Federal, a minha última declaração de Imposto de Renda, em que eu apresento... não me candidatei nessa última eleição, eu estou encerrando a minha vida pública como Deputado Federal com o patrimônio negativo de 437 mil reais. Tudo documentado, as minhas dívidas e os meus compromissos com o



sistema financeiro. Então, eu não enriqueci, estou com uma obra que hoje vale mais de 100 milhões de reais. Falei aqui no início que a fundação da qual eu assumi a direção, e lá estou há 36 anos, só o orçamento do próximo ano é da ordem de 70 milhões de reais. Dezesesseis anos de mandato nesta Casa, estou saindo com uma declaração de bens negativa, menos 437 mil reais. Se eu tivesse recebendo recursos da família Vedoin ou de qualquer um outro, eu não estaria nessa situação. Eu me coloco à disposição dos Srs. Deputados, do nosso Relator, do Sr. Presidente para qualquer outro esclarecimento que julgar necessário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Osmânio Pereira.

Eu darei a palavra agora ao nobre Relator, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Deputado Osmânio Pereira, senhor advogado, Srs. Parlamentares. Deputado Osmânio, eu, por força de ofício de Relator, tenho algumas perguntas a lhe fazer. Algumas perguntas, que, acredito, na sua defesa, já foram algumas respondidas, outras não, mas eu, por dever de ofício, tenho que fazê-las — entenda isso — apenas no intuito de trazer à luz a verdade para que eu possa fazer um relatório sobre esse episódio que envolve V.Exa. Portanto, Deputado Osmânio, eu queria saber se o senhor esteve pessoalmente com o Luiz Antônio Vedoin ou com o Darci Vedoin. Já esteve alguma vez com eles?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Estive, eu conheci o Sr. Darci Vedoin aqui nos corredores do Congresso, Presidente, como uma figura afável, recomendada por vários Parlamentares como uma pessoa que tinha larga experiência no trato com o Ministério da Saúde, com outros Ministérios, que era um homem íntegro, sério e que tinha o encaminhamento de várias matérias nesses Ministérios. Então, foi o meu contato com eles, em outras oportunidades também. Depois, posteriormente, quando o Hospital São Francisco aceitou a colaboração deles para ajudá-los na elaboração do projeto, eu tive um diálogo, diálogo esse a que eu me referi aqui, sempre para cobrar correções no trabalho que eles fizeram.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas, Deputado, o senhor, quando o encontrou, foi casual ou foi um encontro exatamente para tratar de assuntos do Ministério da Saúde?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - O meu encontro foi casual. Os primeiros contatos foram casuais. Ele estava numa roda com outros Deputados. Foi aqui, realmente, no Anexo IV. Em outra oportunidade ele estava no 6º andar, no mesmo andar em que eu estava, e ainda conversando com outros Deputados. E, posteriormente, como eu já afirmei, quando eles assumiram essa responsabilidade junto ao Hospital São Francisco, por 2 ou 3 vezes estive conversando e depois por telefone, no diálogo que está anotado e transcrito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor lembra quem foram esses Parlamentares?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Relator, confesso ao senhor que não me recordo agora, mas me lembro que em determinado momento estava numa roda o Deputado Lincoln Portela, no 6º andar ali, estava conversando ali; em outra oportunidade foi o Deputado Ricarte de Freitas, que estava aqui próximo desses corredores, mas naquela correria em que a gente sempre se encontra nos corredores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem apresentou o senhor ao Sr. Vedoin?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Olha, eu te confesso que eu não recordo quem apresentou. Eu estava numa roda, como a gente chega e sai, eu cheguei e falou: Esse é o Sr. Vedoin, o Sr. Luís Antônio Vedoin, é uma pessoa muito procurada, uma pessoa muito solicitada para qualquer tipo de trabalho junto aos Ministérios. Mas não me lembro especificamente quem o apresentou a mim naquela roda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o senhor, como Parlamentar, achou que havia necessidade de ter a assessoria desse cidadão para desenvolver algum projeto, alguma coisa das suas emendas com ele?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, em absoluto, Sr. Deputado, Sr. Relator, em absoluto. A minha maneira de lidar, tanto com as entidades como com os Prefeitos com os quais sempre destino recurso, é chamar o Prefeito ou



chamar o presidente da entidade e dizer: Ó, está aqui a emenda ou recurso, você verifica a documentação, se houver qualquer necessidade procure o nosso pessoal de escritório, de gabinete. E aqueles que estão mais distantes, mais longe, sempre usam o pessoal do gabinete, do escritório, mas tem uma série de documentação de ordem da entidade, ou da Prefeitura, ou de ordem pessoal, que só eles foram produzir. Eu nunca tomei a iniciativa de querer eu mesmo pôr a emenda e trabalhar para liberá-la, sempre deleguei a responsabilidade ao destinatário, ao beneficiário da emenda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Osmânio, o senhor tinha conhecimento de que ele também prestava consultoria na elaboração de projetos e também vendia equipamentos?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA – Não, não tinha esse conhecimento, não tinha esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor recebeu algum valor de Luís Vedoin ou de Darci Vedoin?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA – Não, não recebi nenhum valor em benefício próprio para, vamos chamar assim, em troca de colocar qualquer emenda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas destinada a alguma entidade assistencial o senhor recebeu?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Sim... não recebi. O que houve com relação, também consta do depoimento dele que ele teria ajudado a uma instituição, a uma fundação de Minas Gerais. Essa fundação, e que eu fui atrás de documento e estou com ele aqui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Osmânio, preste atenção, eu ouvi a sua defesa, eu queria que o senhor fosse objetivo nas respostas às perguntas que eu estou fazendo. Queria saber se o senhor recebeu algum, o senhor disse que não. E recebeu algum valor destinado a alguma entidade assistencial?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu queria explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim ou não e depois o senhor explica.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah, ótimo. Tudo bem. Agora, por favor.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - O que eu queria dizer é que eles fizeram uma ajuda à Fundação São João Bosco para a Infância...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, mas não passou por sua mão, então não se enquadra na pergunta que lhe fiz.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Ok.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. afirmou em sua defesa que os Vedoin procuraram diretamente o Hospital São Francisco, de Belo Horizonte. Sendo assim, qual a razão de V.Exa. ter telefonado para Darci Vedoin? Nessa ligação não foi possível falar com Darci Vedoin, tendo um funcionário, Ivo, retornado a ligação. O senhor não conseguiu falar com Darci, tentou falar com ele, não conseguiu, mas retornou o Ivo — não é isso? — para tratar sobre o conteúdo do projeto para o Hospital São Francisco.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA – Exatamente, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nesse telefonema, V.Exa. não suspeitou que podia haver interesses escusos nessa consultoria?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - A partir do momento em que vi os preços superfaturados, é claro que a gente suspeita que havia negócios irregulares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quando o senhor descobriu isso foi na conversa com o Ministro Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, o Ministro Saraiva Felipe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Saraiva Felipe, desculpe. V.Exa esteve com o Ministro, e daí resultou um telefonema e o senhor fez a seguinte indagação para o Sr. Ivo. O senhor tentou falar com o Vedoin, não conseguiu; o Ivo retornou; nessa conversa, o senhor afirmou: “*Os preços lá estão superfaturados, e ficou chato.*” O senhor acha que essa expressão “*ficou chato*”, só, era suficiente, dura para uma empresa que o senhor estava contactando, que estava vendendo equipamentos para o hospital e que estava superfaturado, portanto, havia uma tentativa de surrupiar dinheiro público?

O senhor só se referiu que “*ficou chato*”. O que quer dizer “*ficou chato*”?



O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Relator, esse diálogo é um só. São mais ou menos três diálogos. Porque, como o contato com o hospital foi com o Darci, então, a minha referência era o Darci. Como não o encontrei, e havia o interesse do Ministro em que se pudesse pagar essa emenda, o que me retornou foi esse Ivo, que eu acho que é genro ou parente dele. No diálogo com ele eu falo que os preços estão superfaturados e ficou chato. Mas, nos outros diálogos, eu falo que o projeto está todo irregular. Tem outros diálogos aí — não é só esse —, eu posso até fazer a leitura se for necessário, em que eu falo *“o projeto está irregular, precisa ser corrigido.”* Nesse diálogo é que eu falo que está superfaturado. Eu falei superfaturado umas três vezes. *“Ficou chato”* nesse sentido de indignação, nobre Relator. *“Está chato, vocês fizeram um serviço malfeito, e ainda expondo o Deputado a uma situação crítica.”* Porque eu fui ouvir do Ministro essa indagação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor não foi enfático e específico com esse Ivo porque talvez... A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: é porque foi o Ivo, com quem o senhor não tinha intimidade e não conhecia, e com o Darci o senhor teria sido mais enfático, é isso?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu creio que sim, Sr. Relator. Eu creio que sim, porque com o Darci, foi ele que se ofereceu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Com o Darci então o senhor teria mais intimidade?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu teria mais liberdade de poder expressar a minha indignação. Mas eu não deixei de fazê-lo, e a minha palavra *“chato”*, aqui, é de indignação. No momento, vamos dizer, a palavra que veio foi essa, mas eu quis dizer: não está correto. Eu usei essa palavra *“não está correto”*. Quer dizer, os preços...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor forneceu alguma senha para a elaboração e o acompanhamento do projeto para a PLANAM?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como explica a PLANAM ter a sua senha?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Ela pode ter usado a senha do hospital. Como eu disse, e consta da declaração do diretor do hospital, eles se



ofereceram e acompanharam, durante um período, chegaram até a elaborar alguns orçamentos, e fizeram... chegaram a fazer um pré-projeto, que foi o tal pré-projeto que estava, como eu disse, todo irregular.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor conheceu Ronildo Pereira Medeiros?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu conheci o Sr. Ronildo por telefonema também, me ligou dizendo que estava fazendo o orçamento para o hospital. Mas foi poucas vezes que eu conversei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só por telefone, não esteve pessoalmente?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, já estive uma vez pessoalmente com ele aqui, também, nos corredores do Congresso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ele afirma ter entregue ao senhor, em dezembro de 2004, em seu gabinete, o 602, 50 mil reais, em 3 parcelas, em espécie, de 5, 20 e 25 mil reais.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Isso não procede.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não é verdadeiro?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O Sr. Ronildo afirma também que pagou a V.Exa. 22 mil reais a título de antecipação, mediante transferência para uma conta corrente indicada indicada por V.Exa. no dia 21 de novembro de 2005. V.Exa. recebeu esses valores?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, isso não procede.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No material apreendido pela Polícia na PLANAM foram identificados dados de V.Exa. — nome, CPF, conta corrente e agência. V.Exa. atribui esse fato a quê? Por que razão tais dados teriam sido encontrados em poder da PLANAM?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu não sei como eles chegaram a esses dados, mas da minha parte eu não forneci nenhum dado referente nem à conta bancária, nem CPF.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas o senhor tem conhecimento que foram encontrados na PLANAM dados de V.Exa.



O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu tive conhecimento através do relatório da Polícia Federal, em que eu analisei detalhadamente na minha defesa e fiz a contestação de todos esses dados que constam do inquérito da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual o relacionamento de V.Exa. com a direção do Hospital São Francisco em Belo Horizonte? Que tipo de ajuda V.Exa. dá a outra instituição congênere?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - A nossa relação... eu conheço toda a área hospitalar mineira, em função de estar nessa área há 36 anos. O Hospital São Francisco teve uma administração da família Sousa Lima, família tradicional de Belo Horizonte, e atingiu seu apogeu nesse período da família Sousa Lima. Posteriormente ele entrou numa crise muito séria e houve até intervenção do Ministério Público e da Curadoria de Fundações e esse hospital ficou em estado pré-falimentar. Então, houve um esforço político da parte da Prefeitura de Belo Horizonte, que tinha todo o interesse em manter o hospital aberto; da parte do Governo do Estado; e de todos nós que somos lideranças políticas nessa área da saúde em Minas Gerais. Eu fui convidado para uma inauguração de uma dessas obras, quando me mostraram a parte de obras civis nova, mas faltavam aparelhos e equipamentos. Foi ali, naquele momento, quando me detalharam o estado de penúria e de dificuldade do hospital, que eu tomei a decisão, espontaneamente, politicamente, de destinar um recurso para o Hospital São Francisco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Que valor?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Era 1 milhão e 500 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E 400, não é?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Mas aí houve um corte e caiu para 1 milhão e 430.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E aí o Sr. Antônio Vedoin fala que fez um acerto de pagar a comissão de 10% a V.Exa. sobre esse dinheiro, o que seria em torno de 140 mil reais. Essa emenda foi realizada?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Essa emenda, como eu disse, não foi realizada por vários aspectos. Primeiro, a partir do momento em que foram constatadas as irregularidades e que eu comuniquei ao grupo Vedoin e comuniquei ao diretor do Hospital São Francisco, o próprio diretor do Hospital tomou a iniciativa



de fazer um novo processo, dentro da tramitação normal, regular, através da Delegacia Regional do Ministério em Belo Horizonte e também aqui junto ao Ministério da Saúde em Brasília. Então, nessa tramitação eu acompanhei de perto, porque ele freqüentou, o diretor do hospital freqüentou o nosso gabinete, ia ao Ministério e voltava, e eu o acompanhei. Mas em nenhum momento houve tratativas de remuneração, de pagamento de propina ou de qualquer outra coisa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O gabinete de V.Exa. costuma realizar o acompanhamento das emendas apresentadas junto ao Ministério da Saúde para sanar pendências?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Todas as vezes que qualquer Prefeito ou qualquer autoridade dessas entidades beneficiárias de verba pública solicitam nossa ajuda, a gente destaca um assessor para ir até o Ministério acompanhar de perto a tramitação do processo, ver o andamento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas só quando solicitado?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Somente quando solicitado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A PLANAM elaborou algum projeto para V.Exa., ou por indicação de V.Exa., para alguma instituição?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, nunca eles me trouxeram direcionamento nem pedido de verba para essa ou aquela entidade ou Prefeitura de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. repassou alguma senha para alguém da PLANAM?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Também não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E quanto aos seus acusadores, V.Exa. entrou na Justiça com alguma ação contra eles?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não ingressei na Justiça porque estava aguardando o término do processo para tomar as providências cabíveis.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual processo?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Estou aguardando o processo criminal. A Polícia Federal já esteve em Minas Gerais, já ouviu todas as pessoas citadas: o diretor do Hospital, Prefeitos e outras pessoas que foram citadas. Tenho aqui comigo, inclusive, cópia dos depoimentos dessas pessoas. Não consta



absolutamente nada de qualquer depoente junto à Polícia Federal de Minas Gerais que possa comprometer o meu desempenho parlamentar ou a minha pessoa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas V.Exa. podia ter entrado com ação de injúria ou qualquer outro tipo de ação contra a família Vedoin mesmo sem o processo da Polícia Federal ter sido concluído.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu confesso que... eu contratei aqui em Brasília um bom escritório de advogados, do Dr. Eduardo Alckmin. E em Minas Gerais tem um outro advogado, amigo, que está me ajudando a acompanhar. Estou seguindo a orientação do escritório. Fizemos a defesa junto à CPMI, que é este documento que também consta nos autos; fizemos a defesa junto à Comissão de Ética e já prestei o meu depoimento junto à Polícia Federal. E, dentro da nossa estratégia, o plano é aguardar para tomar, não só em relação...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o senhor está seguindo um plano elaborado por seu advogado?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Exatamente. Estou seguindo o plano do meu advogado e a orientação que ele me deu em relação a tudo isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A que o senhor atribui os Vedoin e seus sócios fazerem essa acusação contra V.Exa.?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Presidente, eu me coloco entre tantos outros Deputados. Eu acredito que, a partir do momento da prisão dos integrantes da família Vedoin, com o passar do tempo, eles presos, o acordo que fizeram para se beneficiar com o instituto da delação premiada, me parece que eles tentaram colocar o número maior possível de Deputados, até para justificar a delação premiada. O fato é que estou dizendo que, do mesmo jeito que o Sr. Luiz Antônio Vedoin, em um dos seus depoimentos, disse que me conheceu no apartamento do Sr. Cleuber Carneiro, onde nunca estive com ele, e dizendo que me encontrou lá porque eu morava com esse grupo de Parlamentares, do mesmo jeito que ele se equivocou ali, eu acho que ele se equivocou e arranjou uma série de delações para justificar o instituto do qual ele estava sendo beneficiado. Eu não tenho dúvida de que, por tudo que nós já temos conhecimento, pelos processos na CPMI, na Comissão de Ética, pela imprensa e tudo mais, houve um exagero muito



grande e um excesso muito grande por parte dele em relação ao envolvimento de pessoas que eles próprios aqui andaram absolvendo, no Senado e etc.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Existiu algum acordo de V.Exa. com os Srs. Darci e Luiz Vedoin no sentido de ser destinada parcela sobre emenda parlamentar que tivesse como objetivo a compra de ambulância?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não. Como eu disse, tanto não existiu que não tem uma única acusação contra mim em relação a ambulância. Não existe. Eu trouxe aqui, na minha defesa, as ambulâncias que foram adquiridas em Minas Gerais, foram adquiridas por necessidade social, para assistência à saúde desses municípios — a maioria são municípios pobres, que não têm bom serviço de saúde...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E, das emendas parlamentares de V.Exa., quantas resultaram na compra do grupo Vedoin, do Grupo PLANAM, grupo de propriedade da família Vedoin, quantas resultaram em compra de equipamentos ou ambulâncias?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não houve nenhuma negociação e não houve nenhuma execução, seja para ambulância, seja para aparelhos ou equipamentos. Quer dizer, não se executou absolutamente nada. Quer dizer, não tem, na acusação do Vedoin, qualquer referência a ambulância.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por eles procuravam V.Exa. por telefone?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu falei inicialmente, no meu depoimento, Sr. Relator, que, a partir do momento em que eles procuraram a direção do Hospital São Francisco — e fiz a leitura aqui da declaração, e esse diretor do hospital também já prestou depoimento à Polícia Federal —, a partir do momento em que eles procuraram o Hospital São Francisco, eles procuraram na qualidade de assessoria, de despachante, de agilizar processo em Brasília. É claro que se hoje nós os conhecemos com todo esse vasto histórico da vida criminal deles, nós sabemos que não era um simples interesse de ajudar o Hospital São Francisco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor confirma que houve uma doação à instituição de caridade feita pelos Vedoin a seu pedido?



O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu confirmo que... não em relação só a isso aí. Quando eles travaram conhecimento, eu já era uma pessoa conhecida no setor de saúde aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quando eles travaram conhecimento?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Quando os conheci aqui na Casa, entre os comentários que surgiram... E também depois eles tomaram conhecimento, então, iam a Minas Gerais para estar com a direção do Hospital São Francisco, eles tomaram conhecimento da existência dessa grande obra lá. A obra nossa hoje sobrevive com a ajuda da comunidade. Nós temos hoje um serviço, da nossa Fundação Mário Penna, de combate ao câncer, que arrecada 1,5 milhão por mês, Sr. Presidente. Nós mantemos esses quase 400 leitos, os 3 hospitais e os núcleos de combate ao câncer em Minas Gerais com recursos de doadores da comunidade. E eu falei com eles que o meu trabalho era um trabalho social, que todo o meu interesse na área de saúde era nesse sentido. Naquela época, eles manifestaram interesse, mas eu não quis para a nossa obra, Sr. Presidente. Então, eu falei: "Se vocês querem ajudar, tem uma instituição que está precisando, que cuida do Instituto da Criança e do Adolescente. É uma instituição que pega meninos pobres, prepara, qualifica e põe no mercado de trabalho, e está precisando". Eles ajudaram efetivamente essa instituição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor destina alguma parte das suas emendas a essa instituição?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Já destinei, mas não houve aproveitamento, por falta de documentação. A única a que eu tenho destinado e que até o momento usufrui do benefício foi a Fundação Mário Penna. Essa recebeu, comprou, prestou conta. A outra não teve condições de receber recursos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com o Deputado e me reservo o direito de, depois dos outros Deputados, voltar a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado. Quero agradecer ao Relator, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, peço desculpas por, de algum modo, mudar um pouco o rumo dos trabalhos, mas considero urgente e necessário requerer a V.Exa. que considere encerrada a instrução probatória com referência ao Representado Deputado Lino Rossi.

E por que isso? Todos os esforços foram empreendidos por V.Exa., por este Conselho, para que S.Exa. comparecesse para, pessoalmente, colaborar com os trabalhos do Conselho, sem prejuízo de observar-se a legislação quando sua defesa escrita foi oferecida em tempo hábil. De outro modo, as testemunhas por ele arroladas não compareceram, tendo sido convidadas mais de uma vez, seguindo a praxe adotada no Conselho e considerando que constitui ônus do Representado o comparecimento das testemunhas do seu interesse e da sua defesa.

Por essa razão, requeiro também que V.Exa., se possível, marque para a próxima semana a apreciação do relatório e do nosso parecer, notificando, para tanto, na forma legal, o Representado Deputado Lino Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer a V.Exa. Realmente nós temos pressa e, na semana que vem, nós precisamos fazer o julgamento de pelo menos 3 ou 4 Srs. Deputados.

Com a palavra o nobre Deputado Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, já na mesma esteira do que acaba de dizer o Deputado Jairo Carneiro, também no caso do Deputado Nilton Capixaba, levando-se em conta que as testemunhas de defesa não se apresentaram na data agendada e que o Deputado Representado também declinou de datas que foram a ele sugeridas e tendo já reunido os elementos necessários, em decorrência da exigüidade de tempo para concluir o processo disciplinar ainda nesta Legislatura, tomo a liberdade de propor o encerramento da instrução e marcação de data na próxima quarta-feira ou quinta-feira para a leitura do relatório, que será produzido tomando por base as provas já coligidas e os argumentos constantes da defesa prévia apresentada tempestivamente pelo Representado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero acrescentar que considero que os elementos disponíveis nos autos do processo são suficientes para a formação da convicção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a instrução probatória das representações contra o Deputado Lino Rossi e contra o Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, fui indicado pelo Partido dos Trabalhadores, como suplente, para substituir a Deputada Neyde Aparecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer a presença de V.Exa. Teremos trabalho até o dia 22 de dezembro.

Então, com a palavra o primeiro Parlamentar inscrito, nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Deputado Osmânio Pereira, ilustre Relator, prezado advogado.

Sr. Presidente, lembro apenas que terça-feira não vamos ter sessão, segundo eu soube, dada a coincidência de diplomação em diversos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ter apenas uma reunião na terça-feira, às 17h, e as outras reuniões quarta-feira e quinta-feira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Na terça-feira, uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - De oitiva de Deputado. Não vamos julgar nenhum processo.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Deputado Osmânio Pereira, já li a sua defesa, bem coordenada e elaborada, e por ela tenho ainda que suprir algumas dúvidas. A primeira é que nela há a transcrição de um nome, Cleuber Carneiro. Quem é Cleuber Carneiro?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - O Cleuber Carneiro é um colega nosso do PTB de Minas Gerais. E, como é suplente, ele esteve um período atuando como Parlamentar, um período fora. No momento, inclusive, ele está no exercício do mandato de Deputado Federal.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O Cleuber residia na 111 Sul, Bloco "G"?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Há uma declaração dele aqui. Página...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É. Página 15.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Página 15. *(Pausa.)* Exatamente. O Cleuber residia na SQS 111, apartamento 502.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele residia lá?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Residia lá junto com...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - E afirma que o senhor nunca residiu lá? V.Exa. nunca residiu lá?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Nunca residi lá. Lá moram 3 Deputados mineiros.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É uma república, como a gente fala.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - É uma república mineira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - República mineira.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - É uma república mineira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Os outros 2 republicanos lá, quais eram seus nomes?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Romeu e o Militão.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Romeu e Militão. Os Deputados Romeu e Militão já estiveram aqui prestando contas ao Conselho em alguma outra representação? É do seu conhecimento?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - O Militão e o Romeu, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. sempre residiu em um apartamento no Bloco "K" da Quadra 112 Sul?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Cento e doze.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Apartamento 401. É um apartamento alugado.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - É um apartamento alugado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Portanto, não faz parte do patrimônio da Câmara, como os outros funcionais.



O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, não é do patrimônio da Câmara.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - E com quem V.Exa. residia lá? Também com uma república ou com uma família?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, sempre sozinho.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sempre sozinho?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Minha família mora em Belo Horizonte, e eu sempre vivi sozinho aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - E alguma vez o senhor se encontrou com Cleuber Brandão, tanto na 111 como no seu apartamento?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não. No meu apartamento, nenhum deles nunca esteve. E eu já estive para jantar no apartamento do Romeu, do Cleuber em alguns momentos, com alguma autoridade, etc., esses jantares que em fim de noite se faz, mas isso talvez no máximo umas 3 vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gostaria de indagar ao Deputado Osmânio Pereira desde quando é Deputado, se sempre esteve na Comissão Mista de Orçamento ou quando é que esteve na Comissão.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu estou no meu quarto mandato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Consecutivo. E, no segundo, só num segundo momento do meu mandato que eu estive na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só no segundo mandato?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante os 4 anos...

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Nunca mais. Nos últimos 4 anos eu estive uma única vez.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma única vez. Certo.

Outra coisa, o senhor alguma vez... o senhor fala... Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Darci José Vedoin. Alguma vez teve contato com esses 2?



O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu já respondi anteriormente que sim, que tive contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, teve contato.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Tive contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também com o Ronildo Pereira Medeiros?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Também tive contato, aqui nos corredores do Congresso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Nos corredores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desse Hospital São Francisco, o senhor tem alguma relação com esse hospital, algum familiar ligado a esse hospital?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, eu não sou diretor, nunca fui dirigente. Sempre atuei nessa área social, haja vista o testemunho que eu dei aqui anteriormente. Eu peguei um hospital público do câncer, do qual eu sou diretor do Conselho Curador, Presidente, e fui diretor da área executiva por 30 anos. Estou no Conselho Curador há 6, então, há 36 anos. Nessa instituição é que eu estou ligado. No São Francisco, foi mais a direção social.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra questão: independentemente dessa situação, o senhor tomou conhecimento há algum tempo, como Parlamentar, de que haveria essa situação de troca de emendas por pagamento de contribuição? O senhor alguma vez tomou conhecimento disso aí?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu só tomei conhecimento quando estourou o assunto pela imprensa, pela mídia, e vi quais eram os homens que estavam freqüentando o Congresso e tentando ajudar alguma entidade nossa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só nesse momento?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Só nesse momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em nenhum outro momento o senhor... ?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Em nenhum momento eu tomei conhecimento. Pelo contrário, o comentário que existia era de que eram pessoas afáveis, pessoas boas, corretas, honestas, e que não existia nada contra eles aqui.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não tive acesso, porque estou chegando agora a este Conselho, mas na matéria que recebi aqui é dito que a Polícia Federal teria tido conversas do senhor com diversas pessoas. O senhor teve acesso a essas informações que a Polícia Federal teria dessas conversas? Estariam ligadas a essa questão do assunto ou eram matérias diferentes disso aqui?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu tive acesso. Por sinal, a primeira peça que a Câmara nos entregou foi esse diálogo. E, como eu já prestei aqui um depoimento anterior, eu já falei muito sobre essa questão. Esse diálogo que se travou foi em função dessa relação que eles iniciaram com o Hospital São Francisco quando se ofereceram para agilizar e ajudar, colaborar na elaboração do anteprojeto, e quando fizeram as coisas irregulares. Quando eu procurei o Ministro da Saúde, não para o São Francisco, mas para todas as emendas a que eu tinha direito em Minas Gerais, para liberá-las, o Ministro disse: *"O que estiver pronto, aprovado e correto, eu mando liberar. Mas aqui tem um projeto seu que está irregular, é o projeto do Hospital São Francisco"*. Tomando conhecimento disso, eu tomei a iniciativa de... primeiro, avisei ao diretor do Hospital São Francisco que o projeto dele estava todo irregular, superfaturado e que precisava de correções e — quem sabe? — até fazer um novo projeto. Imediatamente o diretor do hospital tomou as providências. Inclusive, juntei à minha defesa, na Comissão de Ética, todo esse dossiê da relação hospital/Ministério da Saúde. Em função disso, porque eles estavam acompanhando para o Hospital São Francisco aqui em Brasília junto ao Ministério, eu reclamei deles nesse diálogo. O senhor vai encontrar isso. Não tem no meu diálogo nenhuma tratativa de propina, de comissão, de nada. Não se encontra nada, absolutamente nada. Não tem nenhuma referência, nenhuma tratativa sobre ambulância. Não consta nada disso. Consta eu denunciando que aquele projeto estava irregular, superfaturado e que precisava de correções. Essa é a síntese do meu diálogo com eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria esse o motivo de essas pessoas terem acusado V.Exa.? Qual seria a motivação que teriam? Eu estou fazendo as perguntas, V.Exa. me desculpe, porque, como não participei e estou tomando conhecimento agora, faço as perguntas mais para esclarecimento, porque é importante a gente buscar sempre mais a verdade para que as pessoas possam



revelar aquilo que estão pensando. Eu pergunto: qual seria a motivação dessas pessoas para acusar o senhor de estar envolvido com os chamados sanguessugas?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Olha, a motivação, quer dizer, cada um pode... ela é subjetiva. Mas não tenho dúvida nenhuma de que, a partir do momento em que eles, vamos dizer, em que a Polícia Federal conseguiu, vamos dizer, descobrir tudo aquilo que estava acontecendo, nesse momento eles procuraram envolver o maior número possível de Deputados, talvez para querer buscar também algum tipo de apoio. Num segundo momento, hoje eu tenho certeza, pelo desdobramento da própria Comissão, da CPMI, e pelo desdobramento do que aconteceu com o dossiê de São Paulo, com tudo aquilo que se revelou ao País da relação dos Vedoin com as pessoas envolvidas e com a área política que nós passamos por esse momento histórico, não tenho dúvida de que também, com o instituto da delação premiada, eles procuraram mostrar serviço. E a melhor maneira de mostrar serviço era incriminando o maior número possível de Parlamentares nesse processo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas esse pré-projeto que V.Exa. disse ter uma série de irregularidades, superfaturamento, foi pago, houve algum pagamento dele?

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Esse projeto, depois que aconteceu esse episódio, logo que constatamos isso, eu comuniquei ao diretor. Ele fez todas as correções. O projeto foi aprovado. Chegou a ser assinado agora recentemente, questão de meses atrás, mas não foi pago porque o hospital não conseguiu a CND. Não foi pago.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ok. Eu quero saber se teria alguma vinculação...

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, não houve, não houve...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -... desse fato com a denúncia contra V.Exa.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Não, não houve. Agora, que eles foram afastados imediatamente foram, com a intervenção que nós fizemos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Sr. Presidente, muito obrigado e peço desculpas ao Deputado Osmânio por ter feito perguntas que V.Exa. já teria



respondido. Mas como sou um Parlamentar que estou chegando agora, gostaria de pelo menos ter informações da sua parte sobre esses acontecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao Deputado Luiz Couto e anunciar a V.Exas. que a Ordem do Dia no plenário já começou e vamos ter que, então, encerrar os nossos trabalhos. Convido V.Exas. para a reunião de amanhã, às 11 horas, para oitiva do Deputado Enivaldo Ribeiro e, à tarde, do Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, estamos correndo contra o tempo. O Conselho de Ética tem todo o interesse de concluir os processos que estiverem mais adiantados. O Conselho de Ética não teve tempo de convocar as testemunhas que eu indiquei nem as do Deputado Osmânio. Eu quero fazer um apelo ao Deputado Osmânio para que S.Exa. faça gestão junto ao diretor do Hospital São Francisco de Assis, Sr. Geraldo Magela Medeiros de Paula, para que ele venha a este Conselho na próxima quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E pode ser no dia que for, porque uma subcomissão irá ouvi-lo e não vai interferir no nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Seria interessante que ele pudesse vir. Eu me daria por satisfeito, dentre as testemunhas que indiquei, se ouvisse o diretor do hospital, embora eu saiba que há uma declaração...

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Mais do que uma declaração. Eu quero dizer que tanto o diretor do hospital como o prefeito... Porque a Polícia Federal sorteou algumas prefeituras em Minas Gerais para serem ouvidas, e eu poderia passar às mãos de V.Exa. o depoimento, na Polícia Federal, do diretor do Hospital São Francisco e de todas essas pessoas, quer dizer, das outras testemunhas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não tenho esse material.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Eu poderia passar a V.Exa. Além do meu depoimento, tem o depoimento aqui...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas eu gostaria, de qualquer forma, de deixar o apelo. Vou dar uma lida no material e, se me der por satisfeito, muito bem, se não, eu farei contato com V.Exa. ainda hoje e, se o diretor puder vir, teremos condições de fazer um esforço para encerrar o processo de V.Exa. antes do término desse período legislativo.

O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA - Perfeitamente, e eu complemento, Sr. Presidente, passando às mãos do Relator o meu depoimento junto à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de encerrar, quero agradecer ao Deputado José Carlos Araújo, Relator da matéria, ao Deputado Osmânio Pereira e ao Dr. Rodrigo Alencastro.

Está encerrada a reunião.